

**ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA:
NOVO CURRÍCULO MÍNIMO BRASILEIRO
COMPARADO COM A PROPOSTA DE MEDELLÍN**

Maria Helena Bier Maia *

R E S U M O

São considerados o currículo mínimo brasileiro para o curso de graduação em biblioteconomia, aprovado em 1982 e a proposta de Medellín, Colômbia, de 1966, verificando a atualização/defasagem dos mesmos quanto ao conteúdo e objetivos.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a comparar os currículos mínimos para o ensino da biblioteconomia propostos em Medellín, Colômbia, em 1966 e no Brasil, em 1982.

O objetivo é determinar a atualização ou defasagem do novo currículo mínimo brasileiro em relação às recomendações feitas em Medellín, 1966, para o desenvolvimento da profissão de bibliotecário.

* Professora do Curso de Graduação em Biblioteconomia da PUCCAMP.

No estudo de Medellín são feitos um diagnóstico do ensino da Biblioteconomia na América Latina e um prognóstico em relação às condições de ensino para os dez anos vindouros. Pretende-se também verificar se ambos — diagnóstico e prognóstico — refletiam/refletem as condições do Brasil.

Para melhor situarmos as condições brasileiras será necessário revermos o ensino da Biblioteconomia no Brasil.

2. ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

2.1. BREVE HISTÓRICO

FIGUEIREDO¹ considera que o ensino da biblioteconomia vem merecendo a atenção de nossos especialistas, mas que a literatura existente é "fragmentária, teórica, geralmente direcionada para aspectos e tópicos mais específicos de interesses dos autores, expressando, quase sempre, um ponto de vista baseado na experiência pessoal".

Embora o ensino de biblioteconomia exista como educação formal há sessenta e oito anos, não possuímos uma pesquisa histórica abrangente, segundo ZANDONADE². São citados pelo autor como fontes para o histórico do ensino da biblioteconomia principalmente os números de 1964 do Boletim Informativo da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários — FEBAB e uma monografia de Laura Garcia Moreno Russo, que compileu o período de 1915 a 1966.

Entretanto entre os estudos de estrangeiros destaca-se o de JACKSON³ que sintetizou a evolução do ensino de biblioteconomia no Brasil assim: "a educação em bi-

biblioteconomia no Brasil passou por fases similares àquelas de outros países latino-americanos. O treinamento começou com cursos de curta duração, ministrados para atender as necessidades de organização de bibliotecas, com pouca ou nenhuma preocupação com a continuidade. Os cursos tornaram-se permanentes e o acréscimo de disciplinas levou a formação de escolas de biblioteconomia que com o tempo juntaram-se às universidades locais”.

O primeiro curso formal existente no Brasil foi o da Biblioteca Nacional (BN), criado por decreto em 1911 e cujo início ocorreu somente em 1915. O curso tinha a duração de um ano e incluía as seguintes disciplinas: bibliografia, paleografia, diplomática, iconografia e numismática. O fundador do curso foi Manuel Cícero Peregrino da Silva, então Diretor da Biblioteca Nacional.

Para FONSECA⁴ o modelo deste curso foi o da Escola de Chartres, França, e constitui o primeiro dos três estágios da educação profissional em biblioteconomia no Brasil.

O curso da BN foi descontinuado em 1922 por falta de recursos humanos e financeiros bem como mudanças na administração.

O segundo estágio se inicia com o programa do Instituto Mackenzie (atualmente Universidade Mackenzie) em São Paulo, em 1929 e estende-se até 1960, quando os cursos existentes são elevados ao nível universitário.

O curso do Instituto Mackenzie tinha um modelo americano e as disciplinas eram: catalogação, classificação, referência e administração de bibliotecas.

Em 1931 o curso da BN foi reestruturado com a duração de dois anos e submetido a nova reorganização em 1933.

O Instituto Mackenzie associou-se com a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, em 1936, para manter o curso, mas ao final da década perdeu o apoio governamental e privatizou-se novamente.

O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) juntou-se à BN, em 1940 e estabeleceu um Curso Intensivo de Biblioteconomia, visando treinar candidatos para os cargos de “Bibliotecário” e “Bibliotecário Assistente” no serviço público do Brasil, dando uma visão mais técnica ao programa da BN.

Em 1944 o curso do Instituto Mackenzie obteve um auxílio da Fundação Rockefeller, administrado pela American Library Association, o que possibilitou a concessão de bolsas de estudo para alunos de outros estados brasileiros.

Também em 1944 os esforços conjuntos do DASP e BN redundaram numa redefinição do curso, desdobrando-o em dois: Curso Básico de Biblioteconomia e Curso Avançado em Biblioteconomia, para atender às necessidades de um número maior de bibliotecas.

Em paralelo com estes cursos, a BN mantinha cursos de curta duração para bibliotecários práticos.

O DASP também foi responsável pela criação em 1944 na BN de um curso ocasional de documentação, cuja finalidade foi treinar “documentaristas” para os “Serviços de Documentação” do serviço federal, que substituíram os “Serviços de Publicidade” do DASP e dos Ministérios.

Os programas do Rio de Janeiro e de São Paulo, no início da década de 40, atingiram um grande número de estudantes de outros estados, possibilitando a criação de cursos em outros estados da federação.

No período de 1940 a 1950 a educação superior no Brasil expandiu-se e o ensino da biblioteconomia também teve oportunidade de firmar-se. Dos 12 (doze) cursos que obtiveram aprovação, quatro foram descontinuados.

Muito pouco se sabe sobre o início desses cursos, mas segundo ZANDONADE² alguns aspectos podem ser determinados:

- a. a grande maioria dos fundadores desses cursos eram formados pelos cursos do Rio e de São Paulo, alguns tendo sido capazes de cursar os programas com bolsas oferecidas pelas escolas ou pelo DASP;
- b. outros cursos (de Belo Horizonte, de Curitiba) desenvolveram-se a partir de cursos de curta duração realizados em capitais pelo Instituto Nacional do Livro (INL); e
- c. sete dos oito cursos conseguiram, mais cedo ou mais tarde, encontrar seus lugares nas universidades que surgiam.

No final da década de 40 a Fundação Getúlio Vargas estava desenvolvendo a área de documentação e juntamente com o DASP e o CNPq (na época Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) — criado em 1951 — desenvolveram um projeto, com o auxílio da Unesco, para a criação de um "Centro Brasileiro de Documentação".

Um consultor estrangeiro, Dr. Herbert Coblans, passou alguns meses no Brasil, enquanto dois bibliotecários brasileiros visitaram a Europa e os Estados Unidos da América para fins de estudo.

O papel de Coblans no ensino da documentação no Brasil foi muito importante, sendo uma de suas idéias principais a unicidade das profissões de bibliotecário e documentalista.

Com o nome de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD (hoje IBICT, Instituto Brasileiro para Informação em Ciência e Tecnologia), criado em 1954, o projeto da Fundação Getúlio Vargas e do CNPq tornou-se realidade, iniciando em seguida, 1955, uma série de "Cursos de Pesquisa Bibliográfica" em diversas áreas das ciências. Para tanto contou com a colaboração de diversas entidades científicas, e principalmente da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior).

Participaram desses cursos do IBBD bibliotecários que atuavam em bibliotecas especializadas e serviços de documentação. Através da FID (Federação Internacional de Documentação) muitos países latino-americanos enviaram estudantes para os cursos.

O terceiro período do ensino da biblioteconomia, segundo FONSECA⁴ se inicia nos anos 60, cujo principal evento foi o status jurídico do ensino da biblioteconomia e da profissão de bibliotecário, através dos seguintes fatos:

- a. legislação regulamentando a profissão e denominando o bibliotecário "Bacharel em Biblioteconomia", definindo deveres e determinando o registro dos profissionais em Conselhos Regionais e constituindo o Conselho Federal de Biblioteconomia como órgão controlador da profissão;
- b. estabelecimento da duração do currículo mínimo para o curso de Bacharelato em biblioteconomia, como

conseqüência da reorganização da educação superior que se baseou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- c. novos desenvolvimentos no sistema de ensino superior no Brasil que conduziram a uma reforma universitária.

A legislação que garantiu o exercício profissional aos possuidores de diploma de curso de bacharel em biblioteconomia foi emitida em 30/6/62 e teve o seguinte número — Lei n.º 4.084, seguida do Decreto n.º 56.725 de 18.8.65, que define as atribuições dos profissionais.

O 1.º Currículo Mínimo obrigatório para o curso de biblioteconomia foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação através da Resolução de 16/11/62. O parecer n.º 326/62 sobre em que se fundou a Resolução foi do Conselheiro Josué Montello.

Eis a resolução na íntegra:

“art. 1.º — O currículo mínimo do curso de biblioteconomia compreenderá as seguintes matérias:

História dos Livros e das Bibliotecas
História da Literatura
História da Arte
Introdução aos Estudos Históricos e Sociais
Evolução do Pensamento Filosófico e Científico
Organização e Administração de Bibliotecas
Catalogação e Classificação
Bibliografia e Referência
Documentação
Paleografia

art. 2.º — A duração do curso será de três anos letivos.

art. 3.º — É obrigatória a observância dos art. 1.º e 2.º a partir do ano letivo de 1963”.

A legislação após a reforma universitária definiu o mínimo de duração dos cursos não mais em anos mas em horas/aula. O mínimo requerido para o grau de bacharel em biblioteconomia passou a ser então de 2025 horas/aula, tendo quase todas as universidades federais adotado o sistema de créditos e estendido a duração nos cursos para padrões maiores que o mínimo exigido.

O que caracterizou este período foi a reorganização dos cursos existentes, principalmente após a lei de Diretrizes e Bases e mais ainda após a reforma universitária de 1968.

No ano de 1968 o então IBBD reestruturou o “Curso de Pesquisa Bibliográfica”, denominando “Curso de Documentação Científica”, à nível de Especialização, tanto para graduados em biblioteconomia como de outras áreas. Os cursos do IBBD começaram também a ser validados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fechando assim o ciclo com a pós-graduação, *latu sensu*, no ensino da biblioteconomia.

Em 1970 o IBBD cria o primeiro curso de pós-graduação à nível de mestrado. O curso denominou-se Mestrado em Ciência da Informação e contou com a colaboração da OEA (Organização dos Estados Americanos) e do Conselho Britânico, que participaram mediante a presença de “experts”, que ministraram disciplinas no curso desde o começo.

Novos cursos de mestrado surgem na década de 70, sendo criados em 1976 o da UFMG em Belo Horizonte e em 1978 o da UnB em Brasília, DF, o da PUC de Campinas,

SP, e o da UFPb em João Pessoa, PB. Finalmente em 1980 surge o curso da ECA/USP, único atualmente que conta também com um programa de doutoramento na área.

2.2. A REFORMA DO CURRÍCULO

Os estudos relacionados com o ensino da biblioteconomia no Brasil não têm sido freqüentes, segundo JACKSON³, principalmente porque os professores de biblioteconomia brasileiros "não tem sido ativos na produção científica e na pesquisa". As causas destes fatos seriam as relações de trabalho de tempo parcial, a falta de suporte financeiro e os poucos bibliotecários com experiência em pesquisa.

Os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDs) foram durante muito tempo quase que as únicas oportunidades para as comunicações profissionais.

As associações profissionais desenvolveram-se nos diversos estados do país sem um elo de cooperação, mesmo depois da criação de um órgão federativo — FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) — não sendo por essa via que a discussão sobre o ensino da biblioteconomia se viabilizou.

Após a Lei de Diretrizes e Bases (1961) os três CBBDs que se seguiram apresentaram trabalhos que questionavam principalmente:

- aspectos históricos do ensino da biblioteconomia;
- a educação de bibliotecários face à nova Lei de Educação;
- a insatisfação com o currículo mínimo aprovado e sugestões para mudanças;

- a integração da educação para o documentalista-bibliotecário, no contexto da realidade brasileira.

Em 1965 a BN realizou o 1.º Simpósio sobre Ensino da Biblioteconomia e Documentação, mas somente dois anos depois é que uma das propostas da reunião foi concretizada: nascia a ABEBD — Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação.

A ABEBD juntamente com a Escola de Biblioteconomia da UFMG realizou, em 1968, um Seminário sobre o Ensino de Biblioteconomia, em Belo Horizonte, onde representantes de quase todas as escolas brasileiras discutiram:

- a educação bibliotecária face à reforma universitária;
- a adequação e factibilidade da diversificação dos níveis profissionais em biblioteconomia em relação a diversidade da realidade brasileira;
- o baixo status social do bibliotecário e a nova legislação profissional.

Em 1971, novamente a ABEBD, em reunião realizada em Belo Horizonte, pronunciou-se favoravelmente à necessidade de revisão do currículo mínimo vigente.

Durante os anos seguintes inúmeras instituições foram manifestando-se da mesma maneira. Em 1979 o CFE (Conselho Federal de Educação) solicitou sugestões aos profissionais para a reformulação do currículo estabelecido em 1962.

A SESu (Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura) organizou então um Grupo de Trabalho constituído pela Presidente da ABEBD, por professores da UFMG, USP, UFPr, UnB e do IBICT bem como assessores técnicos da própria SESu.

O trabalho do Grupo foi apresentado ao CFE em 1981, como uma proposta para reformulação.

O relator designado para apreciar o processo foi o Conselheiro D. Luciano José Cabral Duarte que solicitou à Secretaria Geral do CFE que a proposta fosse enviada a todas as instituições que mantêm cursos de Biblioteconomia nos vários níveis. Muitas escolas responderam manifestando-se favoráveis à proposta apresentada e encaminhando várias sugestões, dentre as quais mereceram a consideração do relator três, a saber:

- que a duração do curso fosse 4 (quatro) anos;
- que a disciplina "Documentação" não desaparecesse do elenco de disciplinas do currículo;
- que se intitulasse o currículo a ser analisado "Currículo mínimo do curso de Bibliotecário e Documentalista".

As duas primeiras sugestões foram atendidas, tendo a Resolução estipulado 4 (quatro) anos como a duração mínima e 7 (sete) anos como a máxima, a segunda sugestão foi atendida tendo sido considerado que documentação é uma disciplina de uma matéria mais ampla intitulada "informação". Quanto à terceira sugestão o Relator considerou desnecessária, já que a própria Lei 4 084 de 30/6/62, no Art. 6.º diz:

"São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia

- a) ...
- b) ...
- c) ...
- d) a organização e direção dos serviços de documentação".

O novo currículo mínimo foi aprovado pelo CFE através da Resolução n.º 8 de 29/10/82 e foi publicada em Diário Oficial de 8/11/82 na sessão 1 da página 20787.

São as seguintes as matérias que constituem o novo currículo:

- a) Matérias de Fundamentação Geral:
 - 1. Comunicação
 - 2. Aspectos Sócio-Político-Econômicos do Brasil Contemporâneo
 - 3. História da Cultura

- b) Matérias Instrumentais:
 - 1. Lógica
 - 2. Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa
 - 3. Língua Estrangeira Moderna
 - 4. Métodos e Técnicas de Pesquisa

- c) Matérias de Formação Profissional:
 - 1. Informação aplicada à Biblioteconomia
 - 2. Produção dos Registros do Conhecimento
 - 3. Formação e Desenvolvimento de Coleções
 - 4. Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento
 - 5. Disseminação da Informação
 - 6. Administração de Bibliotecas.

A duração mínima do curso passou a ser de 2500 h/ aula mais estágio supervisionado obrigatório com a duração mínima de 10% da carga horária do curso. As matérias Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física são obrigatórias embora suas cargas horárias não integrem o mínimo de duração do currículo.

3. RELATÓRIO DE MEDELLÍN SOBRE EDUCAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NA AMÉRICA LATINA

Nas conclusões do estudo de Medellín SHEPARD⁵ afirma ser de suma importância para a melhoria dos serviços bibliotecários da América Latina a disponibilidade de um número crescente de bibliotecários bem preparados.

Reconhecendo a importância dessa afirmação e à partir de uma dotação da Fundação Rockefeller, a Escola Interamericana de Bibliotecologia de Medellín, Colômbia, envolveu-se, em 1963, num estudo em profundidade sobre:

- 1.º — a situação existente das instituições que ofereciam cursos de biblioteconomia;
- 2.º — o desenvolvimento histórico desses cursos;
- 3.º — as prováveis necessidades futuras; e
- 4.º — os requisitos mínimos para satisfazer essas necessidades.

O objetivo do estudo era recomendar ações para a melhoria do ensino da biblioteconomia, para o estabelecimento de padrões para aplicação dos conteúdos e duração dos vários tipos de cursos, desenvolver programas de publicações necessárias como material de ensino em biblioteconomia e recomendar meios para desenvolver os conhecimentos e habilidades dos profissionais de biblioteconomia.

Mediante informações sobre estado da profissão e do ensino da biblioteconomia que permitissem análise objetiva e envolvendo 22 (vinte e dois) diretores e professores que se encontraram em três grupos de estudo consecutivos foram obtidas algumas conclusões e apresentadas algumas recomendações.

O primeiro grupo de estudo obteve dados estatísticos e factuais sobre os países da América Latina presentes, através de relatórios nacionais. As informações versavam sobre aspectos dos cursos e escolas de biblioteconomia, dos treinamentos em serviço, recursos e necessidades das escolas de biblioteconomia, legislação profissional, salários e condições de emprego do pessoal bibliotecário, da posição do bibliotecário na sociedade e as perspectivas para os 10 (dez) anos seguintes com relação à profissão.

A primeira reunião do 1.º Grupo de Estudo aconteceu em 4/11/63, sob a direção de Carlos Victor Penna. Denominou-se "Mesa de Estudio" e teve como tema a "Formação de Bibliotecários e Desenvolvimento de Bibliotecários em Serviço na América Latina". Esta reunião estudou a edição preliminar do documento "Análisis de los informes nacionales sobre el estado de la enseñanza bibliotecológica en la América Latina y mejoramiento del personal en servicio". Deste documento e das sugestões surgidas o 1.º Grupo de Estudio elaborou um currículo sobre o qual o 2.º e 3.º Grupos basearam seus estudos.

O 2.º e 3.º Grupos reuniram-se também em Medellín de 20 a 31 de agosto de 1964 e de 1 a 15 de novembro de 1965, respectivamente e chegaram a conclusões com relação à:

- conteúdo de cada matéria recomendada pelo 1.º Grupo de Estudio;
- bibliografia essencial;
- objetivos do curso;
- número de horas/aula;
- metodologia recomendada;
- tipo de provas desejáveis;
- material de ensino, existentes e requeridos;
- condições dos professores.

3.1. DIAGNÓSTICO DO ENSINO DA BIBLIOTECOMIA NA AMÉRICA LATINA

Da análise realizada pelo 1.º Grupo de Estudos obtida mediante os relatórios nacionais, apresentaremos alguns dados:

a) Com relação ao Ensino em Geral

- o crescimento da população da América Latina era de 2,5% ao ano, um dos maiores do mundo, na época;
- a população de estudantes representava 20% da população total;
- o tempo de escolarização para a população maior de 15 (quinze) anos não era maior do que 2,2% anos/pessoa;
- o analfabetismo chegava a 45% da população;
- os gastos com educação eram menos de 2% do orçamento total para 8 (oito) países, mais de 2% para 11 (onze) países e mais de 3% para apenas um país;
- 50% dos matriculados em escolas em 1961, cerca de 28.000.000, deixavam a escola entre o 1.º e o 3.º anos e raramente mais de 20% dos que entravam na escola primária completavam os seis anos regulares;
- nas escolas primárias não existiam bibliotecas e nas escolas secundárias eram poucas e abaixo das necessidades;
- o principal foco do ensino das escolas de biblioteconomia era para o treinamento de pessoal para bibliotecas universitárias e especializadas, com pouca preocupação em preparar pessoal para bibliotecas públicas e escolares.

b) Com relação ao Histórico do Ensino da Biblioteconomia

- o ensino da biblioteconomia existia há 1/2 século, na época;
- o maior desenvolvimento ocorreu no final dos anos 30 e começo de 40, quando o ensino foi sistematizado, embora ainda permanecessem cursos elementares como único meio de instrução para alguns países;
- na década de 30 e 40 não havia compreensão do que é na realidade o serviço bibliotecário e a prática profissional caracterizava-se pela ausência de bibliotecários profissionais e portanto de professores;
- livros-texto para biblioteconomia não existiam, tanto em espanhol como em português;
- em função do desconhecimento das partes componentes do serviço bibliotecário, dava-se ênfase exagerada aos aspectos técnicos, especialmente catalogação e classificação, com a exclusão quase total dos serviços de referência;
- os requisitos para entrar em escolas de biblioteconomia eram mínimos porque a demanda de profissionais e os salários eram insuficientes para atrair pessoas com boa bagagem cultural e treinamento profissional;
- raramente eram exigidos o 2.º grau completo para ingressar nas escolas de biblioteconomia, que somente ofereciam mais de 1 ano de matérias profissionais e geralmente técnicas, ocasionalmente;
- no final de 1947 a "Assembléia dos Bibliotecários das Américas" não ousou recomendar mais do que 360 horas/aula como mínimo para obter o certificado de bibliotecário com o curso proposto como segue:

Introdução à Biblioteconomia	30 h
Ciência do Livro	60 h
Catálogo e Classificação	90 h
Organização e Administração de Bibliotecas	90 h
Bibliografia e Referência	90 h

- mesmo com estas recomendações, a necessidade de bibliotecários com algum grau de treinamento forçaram a existência de cursos de curta duração, muito menores do que o mínimo previsto;
- em 1963, havia 40 escolas de biblioteconomia na América Latina, sendo várias no Brasil, enquanto que em alguns países não havia nenhuma;
- apesar das contribuições e auxílios de agências internacionais e dos esforços locais, as escolas poderiam ser descritas como apresentando graus variáveis de excelência, havendo algumas que eram mantidas com grande sacrifício;
- muitos professores embora fossem excelentes profissionais não possuíam conhecimento de métodos e princípios pedagógicos;
- poucas escolas tinham bibliotecas que se aproximassem do que seria adequado;
- muitos cursos eram ministrados no fim da tarde ou à noite para pessoal que já trabalhava em bibliotecas;
- poucos diretores e menos ainda professores dedicavam tempo integral ao ensino;
- o espaço físico das escolas era freqüentemente insatisfatório;
- o currículo teve um aumento gradual de um ano após o curso secundário para 2, 3 ou 4 anos — aí já à nível universitário — incluindo de 25% a 50% de matérias de estudos gerais e culturais;
- algumas poucas escolas ofereciam alguns cursos de especialização e seminários para graduados;

- as escolas de biblioteconomia começavam a tornar-se equivalentes a outras escolas ou departamentos de faculdades de filosofia ou letras e não mais como serviços de extensão da universidade ou da biblioteca nacional;
- bibliotecários com formação universitária começavam a ser demandados e seus salários, em muitos países se comparavam com os de outros profissionais da área de humanidade;
- em alguns países, bibliotecários empregados pelo governo eram regidos pelas leis do serviço público civil e gozavam dos benefícios de classificação e plano de salários no nível de outros profissionais.

Ao 3.º Grupo de Estudo coube elaborar as conclusões dos três grupos num conjunto de padrões mínimos propostos para as escolas de biblioteconomia. Foi também levantado o problema da legislação da biblioteca, mas considerado que requereria maiores estudos e desenvolvimento.

As conclusões do 3.º Grupo de Estudo recomendam não só o programa de estudos para as escolas de biblioteconomia, mas também outros fatores e condições sob as quais tais escolas deveriam atuar para ter um mínimo de funcionabilidade, e representavam para os participantes como adequadas à situação da maioria dos países da América Latina.

Alguns países no entanto, por suas condições mais adiantadas, requereriam mais alta qualificação de seus bibliotecários, especialmente com relação aos antecedentes acadêmicos.

Por força dos objetivos do presente trabalho, consideraremos apenas as recomendações referentes ao currí-

culo, deixando de lado as relativas ao planejamento e criação de escolas de biblioteconomia, métodos de ensino, material bibliográfico, exames, matérias de ensino, corpo docente (seleção, horas de trabalho, etc.), espaço físico, orçamento, biblioteca da escola de biblioteconomia (coleção de obras, pessoal, etc.).

3.2. CURRÍCULO MÍNIMO PROPOSTO EM MEDELLÍN, 1966

O plano de estudos absolutamente mínimo para a obtenção do grau de "Bibliotecário"* seria desenvolvido em 3 (três) anos de estudo, com um total de 1800 horas/aula e horas adicionais para estudos práticos e leitura.

O currículo mínimo recomendado seria:

A) Matérias Culturais (todas obrigatórias)	420 h/a
<ul style="list-style-type: none"> . Filosofia . História . Literatura . Arte . Ciência e Tecnologia . Ciências Sociais . Princípios Educacionais 	

As matérias propostas deveriam ser ministradas no início dos cursos para dar ao estudante uma bagagem cultural mais abrangente, dando ênfase à literatura de cada disciplina. A carga horária proposta seria de 60 h/a, no mínimo, para cada matéria.

* Profissional habilitado para realizar trabalho supervisionado.

B) Matérias de Biblioteconomia Básica (todas obrigatórias)	1020 h/a
<ul style="list-style-type: none"> . Introdução à Biblioteconomia . Introdução às Técnicas Bibliotecônicas . História dos Livros e das Bibliotecas . Administração de Bibliotecas . Seleção . Referência . Bibliografia . Catalogação e Classificação . A biblioteca e sua função sócio-educacional (o leitor e a biblioteca) . Métodos de Pesquisa . Documentação 	<ul style="list-style-type: none"> 60 h/a 30 h/a 60 h/a 120 h/a 45 h/a 120 h/a 150 h/a 300 h/a 45 h/a 30 h/a 60 h/a

Foi considerado que algumas escolas pudessem combinar duas ou mais disciplinas com um objetivo mais abrangente, tal como uma disciplina de Referência e Bibliografia ou dividir Catalogação e Classificação em duas disciplinas.

C) Matérias Eletivas em Biblioteconomia (duas disciplinas escolhidas pelo estudante)	120 h/a
<ul style="list-style-type: none"> . Bibliotecas Públicas . Bibliotecas Universitárias e de Pesquisa . Bibliotecas Escolares (escolas primárias e secundárias e suporte para campanhas de alfabetização) . Bibliotecas Infantis e Juvenis 	

- . Bibliotecas Especiais (incluindo bibliotecas para cegos, confinados, etc.)
- . Materiais Especiais

As disciplinas eletivas deveriam ter a duração de no mínimo 60 h/a cada uma.

- D) Línguas 240 h/a
(todas obrigatórias)
- . Inglês
 - . Francês

O ensino das línguas visaria preparar o estudante para ler e entender textos escritos em língua estrangeira e dar-lhe algum conhecimento do vocabulário da biblioteconomia. A duração das disciplinas seria de 120 h/a, no mínimo, para cada uma.

Para a formação de "Bacharéis em Biblioteconomia"* o plano mínimo de estudos seria de 4 (quatro) anos ou um total de 2160 h/a, acrescido de uma "Tese"**.

O número de horas/aula seria calculado na base de 30 semanas/ano com 20 h/a por semana.

Para a formação deste profissional foi considerado mais útil ter maior flexibilidade no currículo.

O grau de Bacharel em biblioteconomia seria concedido somente após a aprovação do candidato nas disciplinas que comporiam os quatro anos do currículo proposto.

* Bibliotecários supervisores e diretores de bibliotecas

** No original, em inglês, Tesis.

Além da "tese", a diferença deste currículo para o anterior estaria na inclusão de um elenco de disciplinas que constituiriam as "Matérias Especiais ou Seminários", que seriam oferecidas num nível mais elevado e somente para os candidatos ao grau de bacharel. Cada disciplina ou Seminário teria a duração de 60h/a. O elenco seria composto das seguintes matérias:

- | | |
|--|----------|
| A) Matérias Culturais
(todas obrigatórias) | 420 h/a |
| B) Matérias de Biblioteconomia Básica
(todas obrigatórias) | 1020 h/a |
| C) Matérias Biblioteconômicas Eletivas
(duas selecionadas pelo estudante) | 120 h/a |
| D) Matérias Especiais ou Seminários
(duas obrigatórias e quatro eletivas)
Obrigatórias | 360 h/a |
- . Planejamento de Serviços Bibliotecários (incluindo desenvolvimento e extensão de serviços bibliotecários à nível nacional, internacional, regional e estudos avançados em estatística e pesquisa sócio-econômica)
 - . Biblioteconomia Comparada Eletivas
 - . Problemas Especiais para diferentes tipos de bibliotecas
 - . Estudos Avançados em Administração
 - . Estudos Avançados em Catalogação e Classificação
 - . Estudos Avançados em História dos Livros e das Bibliotecas

- . Estudos Avançados em Documentação
- . Patologia do Livro
- . Ensino da Biblioteconomia (incluindo métodos de ensino de biblioteconomia, currículos, programas de disciplinas, etc.)
- . Periódicos e Seriados

E) Línguas 240 h/a
(todas obrigatórias)

- . Inglês
- . Francês

F) Tese

A proposta previu também que estudantes que entrassem em escolas de biblioteconomia com seus estudos gerais completados em outra Faculdade ou Universidade poderiam começar imediatamente seus cursos profissionais.

4. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DE MEDELLÍN, 1966, E DO BRASIL, 1982

Com uma defasagem de 16 (dezesesseis) anos, em relação à proposta de Medellín, o novo currículo mínimo de biblioteconomia aprovado em 1982 no Brasil apresenta em sua composição algumas semelhanças, a saber:

A) com relação à estrutura e conteúdo curricular:

1) são consideradas três vertentes como necessárias à formação do profissional:

- . matérias de fundamentação geral (Brasil) e matérias culturais (Medellín);

- . matérias de formação profissional (Brasil) e de biblioteconomia básica (Medellín);
- . matérias instrumentais (Brasil) e línguas (Medellín).

2) a maioria das matérias denominadas como de "Formação Profissional" (Brasil) e de "Biblioteconomia Básica" (Medellín), apesar de terem denominações diferentes, representam as disciplinas tradicionais do ensino da biblioteconomia, por exemplo:

- . Produção dos Registros do Conhecimento (Brasil) e História dos Livros e das Bibliotecas (Medellín);
- . Formação e Desenvolvimento de Coleções (Brasil) e Seleção (Medellín);
- . Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento (Brasil) e Bibliografia, Catalogação e Classificação (Medellín);
- . Disseminação da Informação (Brasil) e Referência, a Biblioteca e sua função sócio-educacional (o leitor e a biblioteca) (Medellín);
- . Informação aplicada à Biblioteconomia (Brasil) e Introdução à Biblioteconomia, Documentação (Medellín).

As principais diferenças dos currículos propostos são:

1) Medellín propôs a formação de dois tipos de profissionais:

- . bibliotecário — profissional destinado a desenvolver serviços supervisionados, com uma formação de 1800 h/a ou três anos de estudos; e
- . bacharel em biblioteconomia — profissional destinado a desenvolver tarefas de supervisão e direção de bibliotecas, com uma formação de 2150 h/a ou quatro anos de estudos.

No Brasil, o currículo propõe a formação de um único tipo de profissional, o bacharel em biblioteconomia, com uma formação de 2500 h/a ou quatro anos de estudos.

- 2) Medellín não propõe a realização de estágio supervisionado obrigatório, mas prevê horas adicionais (não é indicado quantas) para práticas individuais e leitura.

No Brasil é obrigatório o estágio supervisionado, com uma duração de no mínimo 10% da carga horária do curso.

- 3) O currículo de Medellín apresenta um elenco de disciplinas eletivas que possibilitariam ao estudante selecionar aquelas mais adequadas aos seus interesses, necessidades e habilidades pessoais, abrangendo virtualmente todos os aspectos da prática profissional, na época.

O currículo brasileiro deixa em aberto as possibilidades para a inclusão de disciplinas, que variam para cada escola, de acordo com as facilidades que cada universidade tem de oferecer disciplinas eletivas, sendo possível operacionalizar na maioria das Universidades Federais. Mas as disciplinas oferecidas, na maioria dos casos, não são específicas da área de Biblioteconomia.

- 4) Medellín propõe um elenco de matérias para formação geral do profissional abrangendo as principais disciplinas de cultura geral, necessárias para a educação de qualquer profissional, como Filosofia, História, Literatura, Arte, Ciência e Tecnologia, Ciências Sociais e Educação (Princípios Educacionais), mas que dão a essa parte do currículo um caráter enciclopédico.

O currículo mínimo brasileiro contempla apenas algumas dessas áreas como Comunicação, História da Cul-

tura (incluindo o pensamento filosófico, científico, artístico e literário) e a inserção do contexto do país na biblioteconomia, não desvinculando a biblioteca da realidade sócio-político-econômico-cultural da nação.

- 5) O currículo de Medellín não envolveu matérias relacionadas com a "Ciência da Informação", como Bibliometria, Sistemas de Informação, Computação, etc., que desenvolveram-se à partir da década de 70 com a tecnologia atingindo os serviços bibliotecários, através do uso de equipamentos eletrônicos.

No Brasil a Ciência da Informação está presente no elenco de disciplinas que compõe a matéria Administração de Bibliotecas, através de disciplinas como bibliometria e administração de sistemas de informação que fazem parte dos currículos plenos de várias escolas.

- 6) A proposta de Medellín foi elaborada dentro de uma estrutura relativamente fechada, permitindo ao estudante eleger disciplinas dentro de uma lista pré-estabelecida, cuja finalidade era prever necessidades da época e futuras, para um período de dez anos com relação a América Latina.

No Brasil foi previsto o mínimo, que nas palavras do Relator do processo de aprovação, apresenta apenas o feixe de matérias mínimas, "a fronteira que o impede de descer, mas não entrava sua ascensão. Cada escola elaborará currículo pleno, dando ênfase as disciplinas que o contexto ditará. As matérias são matrizes fecundas donde brotarão as disciplinas", segundo o Relator DUARTE⁶.

- 7) Medellín pretendia diminuir a carga horária destinada às disciplinas técnicas, estabelecendo um total de 1020 h/a, o que de fato ocorria com relação aos currí-

culos então vigentes, mas que na verdade representavam muito pouca diferença em relação às 1800 h/a sugeridas no currículo proposto.

No currículo brasileiro não estão previstas as cargas horárias destinadas às matérias, podendo as escolas atribuir cargas horárias entre as disciplinas desde que atinjam o total das 2500 h/a obrigatórias.

B) Com relação aos objetivos dos dois currículos:

Os dois currículos apresentam algumas semelhanças, senão vejamos.

Apesar de não constar do documento oficial — Resolução n.º 8 de 29/10/82 — os objetivos do novo currículo brasileiro podem ser extraídos, a partir do ementário e objetivos das disciplinas, onde algumas linhas de pensamento estão presentes como norteadores da formação do profissional.

Do elenco de objetivos das disciplinas podemos estabelecer que o novo currículo tem por objetivo formar um profissional que seja mediador entre a informação e o usuário, já que toda ênfase está nas disciplinas que possibilitarão o conhecimento de como se processam os fenômenos, mas com um enfoque humanista e não tecnicista. Todas as disciplinas técnicas visam o conhecimento para servir de meio e não de fim em si mesmas, estando as atividades teóricas interrelacionadas com as práticas, através de pesquisas, trabalhos práticos e estágio supervisionado.

Nas justificativas para o currículo mínimo de Medellín encontramos algumas colocações que nos permitem considerar como objetivos proporcionar uma formação ge-

ral sólida que permita ao profissional desempenhar suas funções de preservação, transmissão e desenvolvimento da cultura, compreendendo a filosofia que norteia os serviços bibliotecários, tão importantes quanto as técnicas, e capacitando-os a compreender suas obrigações com relação à realidade da América Latina, através de disciplinas que envolvam a função sócio-educacional da biblioteca e permitindo a formação de lideranças profissionais.

A ênfase dos dois currículos portanto é a mesma: rompimento com o passado do ensino de biblioteconomia, que concentrava-se nas técnicas em detrimento dos serviços bibliotecários e inclusão de disciplinas de caráter geral ou interdisciplinar para dar a base de sustentação cultural e os instrumentos para que o profissional possa interagir com sua realidade.

5. CONCLUSÕES

Alguns dados do diagnóstico sobre as condições de ensino da biblioteconomia que confirmavam-se ou não com relação ao Brasil apontadas pelo relatório de Medellín, em 1966, a saber:

a) Conclusões confirmadas

- o ensino da biblioteconomia existia no Brasil há ½ século — 1.º curso, da BN, iniciou em 1915;
- o maior desenvolvimento ocorreu no final dos anos 30 e começo de 40, quando o ensino foi sistematizado — cursos da BN, com ajuda do DASP, e Instituto Mackenzie;
- não existiam livros-texto em português e espanhol;
- dava-se ênfase exagerada aos aspectos técnicos, especialmente catalogação e classificação, com

- a exclusão quase total dos serviços ao público;
- inicialmente as escolas ofereciam cursos, geralmente de um ano, com disciplinas de natureza teórica;
- a par desses cursos existiam ainda treinamentos de curta duração para atender necessidades de pessoal para serviços bibliotecários nascentes — os da BN e INL;
- o currículo de 1947, aprovado pela Assembléia dos Bibliotecários das Américas, compunha-se de um elenco de disciplinas similar ao oferecido pelo Instituto Mackenzie, desde 1929, e constituiu a base do currículo mínimo para o curso de bacharelado em biblioteconomia aprovado em 1962, no Brasil;
- os professores dos cursos de biblioteconomia, embora fossem bons profissionais, não possuíam conhecimento pedagógicos, o que é válido ainda hoje para a universidade brasileira de modo geral, pois não se exige, na maioria delas, nenhum pré-requisito para a docência a não ser a própria formação na área que se pretende lecionar;
- muitos dos cursos eram ministrados à noite ou no fim da tarde, para pessoal que já trabalhava em bibliotecas, o que até hoje é uma realidade;
- poucos diretores de escolas e menos ainda professores dedicavam-se integralmente ao ensino — no começo da década de 60 é que começaram os cursos a ligarem-se às universidades, alterando esta situação;
- embora uma percentagem mínima de habitantes obtivesse um grau universitário, o foco principal dos cursos era o treinamento de pessoal para bibliotecas universitárias e especializadas, com pouca preocupação com o pessoal para as biblio-

- tecas públicas e escolares — no Brasil o mercado de trabalho que mais absorveu — e continua absorvendo — os bibliotecários foram os órgãos governamentais federais e estaduais, ou seja, ministérios, secretarias estaduais e universidades;
- o currículo teve um aumento gradual de um ano após o secundário para 2, 3 anos — atingindo assim o nível universitário — incluindo de 25% a 50% de disciplinas de estudos gerais e culturais, o que ocorreu no Brasil com os currículos plenos;
- começava, na época, a ser requerida a formação universitária para os bibliotecários e os salários comparavam-se com os de outros profissionais da área de humanidade;
- os bibliotecários empregados no serviço público civil gozavam dos mesmos direitos e salários de outros profissionais — no Brasil devido à concentração de profissionais dar-se na esfera governamental, este dado continua válido.

b) Conclusões não confirmadas

- raramente era exigido o 2.º grau completo para o ingresso nas escolas de biblioteconomia;

No Brasil, mesmo antes de ser curso de nível superior, sempre foi exigido, e também sempre atraiu, pessoas com nível cultural elevado, exceção feita ao período pós-reforma universitária que massificou o ensino superior não só para a biblioteconomia.

- algumas escolas ofereciam poucos cursos de especialização ou seminários para graduados;

A realidade no Brasil diferia em termos da América Latina, pois os cursos de especialização já eram reali-

dade desde 1955 — Curso de Pesquisa Bibliográfica do IBBD (hoje IBICT) — e contavam com especialistas estrangeiros como docentes, embora só existissem no Rio de Janeiro.

- as escolas de biblioteconomia começavam a tornar-se equivalentes a outras escolas ou departamentos de faculdades de filosofia e letras e não mais serviços de extensão das universidades ou da BN;

Em 1966 a maioria das escolas já havia se estruturado nas universidades, pois a regulamentação da profissão, que ocorrera em 1962, a colocava no nível superior.

O relatório de Medellín fez também alguns prognósticos com relação ao ensino da biblioteconomia na América Latina, alguns deles já eram realidade no Brasil e outros ainda estão por ser alcançados, senão vejamos:

a) prognósticos que já eram realidade no Brasil:

- as escolas de biblioteconomia deveriam estar ligadas às universidades, e mesmo não estando ligadas deveriam ter os mesmos requisitos para admissão que a universidade exige para outras carreiras, ou seja, curso secundário completo e algum tipo de seleção;
- o título concedido pelas escolas de nível universitário seria "Bibliotecário/ Bacharel em Biblioteconomia";
- a escola de biblioteconomia deveria ser mantida com o mesmo conceito orçamentário que as outras escolas da universidade;
- os exames de estudantes deveriam variar de acordo com a natureza de cada disciplina, embora em

cada universidade exames escritos pudessem ser exigidos e os graus finais de cada disciplina poderiam incluir tanto trabalhos como provas;

- a seleção de professores deveria ser em base competitiva, levando em conta os antecedentes e a experiência dos candidatos;
- o salário dos professores e funcionários deveria ser o mesmo dos demais professores e funcionários da universidade, com capacidade e experiência equivalentes, de acordo com os cargos e planos de classificação;
- ampla oportunidade deveria ser dada aos professores para melhorarem seus conhecimentos pedagógicos ou profissionais, através de participação em encontros, cursos avançados, visitas de estudo, grupos de trabalho, observação e pesquisa;
- os métodos de ensino como discussão de grupos, aulas expositivas, estudos de caso, seminários, trabalhos escritos individuais com consulta a várias fontes seriam utilizados bem como visitas de estudo, observação e trabalhos práticos em laboratório, aliando a teoria à prática.

b) prognósticos ainda não realizados no Brasil:

- os estudantes deveriam possuir os livros-texto usados em cada disciplina e as cópias necessárias deveriam ser providenciadas pela biblioteca da escola;
- devido à inexistência de obras básicas da área em português ou espanhol os estudantes deveriam possuir habilidade de leitura em inglês;
- o corpo docente das escolas de biblioteconomia deveria ser empregado em tempo integral, embora a carga horária para o professor não devesse exceder 12 h/semanais para permitir trabalho com

- estudantes individualmente, preparação e revisão de aulas e pesquisa no campo da biblioteconomia;
- o mínimo de professores em tempo integral que uma escola deveria possuir seria 3 (três) — o diretor e dois professores — para os cursos básicos;
 - o espaço adequado deveria ser previsto para salas de aula, salas de professores e outras necessidades para o ensino, pesquisa e funções administrativas da escola;
 - as bibliotecas de escolas de biblioteconomia deveriam ser itens orçamentários regulares, sendo recomendado que possuissem uma coleção mínima de 2000 títulos monográficos, publicados após a II Guerra Mundial e coleções completas de periódicos de uma lista de 40 títulos selecionados;
 - até que esse mínimo fosse atingido seria recomendável que 10% do orçamento da escola fosse gasto em aquisição, encadernação para o desenvolvimento da coleção. Depois do mínimo atingido, 8% do orçamento da escola deveria ser alocado na manutenção da biblioteca.

A maioria desses prognósticos não é realidade não só para a biblioteconomia, pois no Brasil as verbas destinadas a educação nos últimos 20 (vinte) anos tem sido cada vez mais diminuídas, refletindo-se principalmente nas condições das coleções bibliográficas, pois bibliotecas não são na maioria das universidades, tanto federais como particulares, itens orçamentários. Quanto à carga horária dos professores, mesmo os que dedicam-se integralmente ao ensino, utilizam-na mais para trabalhos administrativos do que para atendimento individual de estudantes ou trabalhos de pesquisa. Os estudantes brasileiros, à nível de graduação, cada vez mais recusam-se a ler textos em línguas estrangeiras ao mesmo tempo que os docentes limi-

tam-se, a maior parte das vezes, a adotar apostilas, num modelo de ensino reprodutivo de conhecimentos cristalizados.

Quanto à atualidade do novo currículo brasileiro com relação à proposta de Medellín podemos afirmar que, embora com alguns aspectos que o tornam mais condizentes com os modernos conceitos de currículo, está defasado em relação aos objetivos que eram na época completamente renovadores. O primeiro currículo mínimo do curso de biblioteconomia, aprovado em 1962, no Brasil já nasceu obsoleto, pois quatro anos após sua aprovação, havia uma preocupação essencial na proposta de Medellín que não foi nem cogitada, embora o Brasil já despontasse como um dos países mais desenvolvidos na área na América Latina.

A preocupação com os serviços bibliotecários e a necessidade de atender os aspectos sócio-econômico-político-culturais dos países latinos, adequando a formação dos profissionais às realidades e o interesse em formar lideranças capacitadas fazem do currículo de Medellín uma proposta avançada para seu tempo.

É verdade, entretanto, que apresenta uma estrutura rígida, comparada ao currículo brasileiro, muito mais flexível, mas a proposta se embasava nas condições existentes e fazia uma projeção para os dez anos seguintes .

Os avanços da tecnologia aplicados à biblioteconomia o deixam defasado para os dias de hoje, pois são omitidas matérias que somente a partir da década de 70 começaram a influir nos serviços bibliotecários.

No entanto, em relação à ênfase do currículo — maior concentração nos serviços aos usuários em detrimento das disciplinas técnicas — podemos afirmar que se

assemelha aos objetivos do novo currículo brasileiro. A justificativa da necessidade de oferecer treinamento apropriado aos bibliotecários também está muito próxima da proposta brasileira, pois acreditavam seus idealizadores que a educação do bibliotecário seria um elemento chave para o desenvolvimento de serviços bibliotecários baseados nas condições sócio-político-econômico-culturais dos países, transformando este profissional num agente social de mudança.

A necessidade de serviços bibliotecários públicos e escolares foi sentida, bem como o foco do ensino que visava apenas formar pessoal para bibliotecas universitárias e especializadas, enfim para atender uma minoria pertencente à elite dominante na América Latina. No Brasil, apesar das condições serem praticamente as mesmas, foram necessários 20 (vinte) anos para que a situação reverteresse e se fornecesse meios para que os profissionais pudessem lidar com aspectos relacionados com o verdadeiro sentido da profissão e não mais permanecessem apenas técnicos, desvinculados do contexto social onde a biblioteca atua.

Uma das mais importantes observações do documento de Medellín é a de que a má formação dos bibliotecários da América Latina resultou na falta de estima da biblioteconomia como profissão. Este dado também é verdadeiro para o Brasil, pois a imagem do profissional ficou prejudicada pelo alheamento dos bibliotecários com relação à realidade, por não serem capazes de perceber a biblioteca como um subsistema inserido num sistema maior, que envolve todas as atividades do homem enquanto ser social.

A falta de pessoal capacitado impediu também o surgimento de lideranças profissionais em quantidade suficiente para estimular o crescimento profissional e o de-

envolvimento de bibliotecas como instituições importantes para as comunidades.

Outra consideração digna de nota na proposta de Medellín refere-se à possibilidade de formar dois tipos de profissionais — o bibliotecário, para desempenhar tarefas supervisionadas e o bacharel em biblioteconomia, para supervisionar ou dirigir bibliotecas. Para a realidade brasileira esta proposta seria muito apropriada, pois na formação única existente prepara-se todos para qualquer tipo de tarefa, embora somente alguns possam vir a desempenhá-las, tanto por incapacidade pessoal como por circunstâncias de cargo ou função. Respeitadas as normas vigentes para os cursos superiores no Brasil, seria viável a criação de técnicos em biblioteconomia, como existem para outras profissões, mediante cursos de menor duração e determinando-se as responsabilidades na regulamentação da profissão.

Considerando a defasagem de 16 (dezesesseis) anos entre a proposta de Medellín e o novo currículo brasileiro, acreditamos que o atraso em relação ao desenvolvimento da profissão em nosso país necessitará pelo menos outros tantos anos para que seja descontado e surjam avanços na área.

BIBLIOGRAFIA

- 1 FIGUEIREDO, N., ed. *O ensino da biblioteconomia no Brasil*: relatório de equipe de pesquisa sobre o "status quo" das escolas de biblioteconomia e documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília, CAPES, 1978. v. 1 p. 3.
- 2 ZANDONADE, T. *Library and information science education in the United Kingdom and Brazil* 111 f. mimeogr. (Dissertação de mestrado. University College London School of Librarianship, 1977).
- 3 JACKSON, W. V. *Library education in Brazil*. In: *ENCICLOPAEDIA of Library and Information Science*. New York, Dekker, 1970. v. 3 p. 238.
- 4 FONSECA, E. N. *Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil*. *Revista do Livro*, 5:95-124, mar 1937. Apud ZANDONADE, T. *Opus cit.*, p. 55.

- 5 SHEPARD, M. D. **Education for librarianship in Latin America: conclusion of the study made by the Inter-American Library School.** Washington, DC. Pan American Union/General Secretariat, Organization of American States, 1966. (Cuadernos bibliotecológicos, 33).
- 6 DUARTE, L. J. C., Dom. Parecer n.º 460/82. Brasília, DF. Conselho Federal de Educação, 31 de março de 1982. 17f. datilogr.